



## **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO** **ESTADO DO PARANÁ**

### **PARECER**

#### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Projeto de Lei nº 20/2021. Ementa "Concede recomposição geral anual aos servidores municipais com fundamento no artigo 37, inciso X da Constituição da República de 1988, na forma em que dispõe".**

### **RELATÓRIO**

Cuida o presente, de Projeto de Lei nº 20/2021, que tem por objetivo a recomposição geral anual aos servidores municipais com fundamento no artigo 37, inciso X da Constituição da República de 1988, na forma em que dispõe.

O projeto teve regular trâmite dentro da Câmara Municipal, foi encaminhada cópia para a procuradoria se manifestar acerca do mesmo, no sentido de auxiliar os componentes da Comissão a exarar seu parecer.

Após o início do trâmite da proposição dentro desta comissão técnica, houve proposta de uma emenda, para incluir no projeto a recomposição aos funcionários do Legislativo Municipal.

Após exame da matéria, após consulta a assessoria jurídica da Casa, o Relator apresentou seu voto.

### **VOTO DA RELATORA**

Pela **admissibilidade** da proposição.

### **PARECER DA COMISSÃO:**

Pela **admissibilidade** total da proposição.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO ESTADO DO PARANÁ

Publique-se e encaminhe-se a matéria a Secretaria

Geral para Providências.

  
BETO SOARES

Presidente

  
CRISTINA BALESTRA  
Relatora

  
RONES RIBAS MACHDO  
Membro



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO ESTADO DO PARANÁ

### VOTO DA RELATORA

Senhores Vereadores componentes da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Campo Magro. Manifesto-me favoravelmente a tramitação do Projeto de Lei 20/2021, e passo a explicar as razões deste entendimento adiante.

Nos termos do artigo 27 do Regimento Interno, esta Comissão tem a incumbência de, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

Verifico que o projeto de lei apresentado está dentro da esfera de competências do Chefe do Executivo e sua matéria não confronta com a legalidade e constitucionalidade.

A emenda apresentada de igual forma atende aos dispostos de competência originária, pois pretende estender a recomposição aos servidores do Legislativo, não adentrando aos dispositivos afetos ao Poder Executivo.

Portanto, não havendo colidência com a legalidade e constitucionalidade, eu opino pela admissibilidade total da proposição devendo o Projeto ser, após a sua tramitação nesta Comissão, remetido às demais pertinentes.

#### **Conclusão:**

Diante de todos os fundamentos supra, manifesto-me pela **admissibilidade da proposição**.

Campo Magro, 22 de março de 2021

  
**CRISTINA BALESTRA**

Relatora